



## Perspectivas dos docentes sobre assistência estudantil no IFCE - CAMPUS Fortaleza/CE

*Teacher's perspectives on student assistance in IFCE - CAMPUS Fortaleza/CE*

Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo\*  
Francisca Rejane Bezerra Andrade\*\*

### Resumo

Este artigo é parte do relatório de pós-doutorado realizado na Universidade Estadual do Ceará -UECE, finalizado em agosto de 2016<sup>1</sup>. O objetivo foi conhecer as perspectivas dos docentes sobre a assistência estudantil. O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES - (BRASIL, 2010) tem como uma de suas finalidades a igualdade de oportunidades e o controle da evasão na Educação Superior. Nos procedimentos metodológicos se utilizou da pesquisa qualitativa e foram entrevistados seis docentes do IFCE - *campus* Fortaleza/CE, utilizando a gravação e um roteiro semiestruturado. São professores dos cursos de licenciatura em Teatro, bacharelado em Engenharia de Telecomunicações e tecnológico em Saneamento Ambiental; justifica-se a escolha desses cursos por conta de terem maior número de discentes que recebiam auxílios. Os resultados apontaram que os professores têm poucas informações sobre esse Programa e que conhecem mais o auxílio-formação, visto que o aluno se torna seu bolsista desempenhando funções de acordo com o seu curso.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil. Docentes. Educação Superior.

### Abstract

*This study is part of the Postdoctoral Report conducted the State University of Ceará - UECE, completed in August 2016. The objective was to know the perspectives of teachers on student assistance. The National Program of Student Assistance - PNAES - (BRAZIL, 2010) has as one of its objectives the equality of opportunities and the control of evasion in Higher Education. In the methodological procedures the qualitative research was used and six professors of the IFCE - campus Fortaleza / CE were interviewed, using the recording and a semistructured script. They are teachers of the courses of Degree in Theater, Bachelor in Telecommunications Engineering and Technological in Environmental Sanitation, and it is justified the choice of these courses, due to the greater number of students who received aid. The results showed that teachers have little information about this Program and that they are more familiar with the training aid, since the student becomes a scholar performing functions according to his or her course.*

**Keywords:** Student assistance. Teachers. College education.

### Introdução

A justificativa de escolha da assistência estudantil como objeto de estudo se deu por conta desta pesquisa estar incluída em um projeto maior, no qual o IFCE *campus* de Fortaleza/CE é um dos seis institutos pesquisados, como já mencionado. O problema deste estudo foi saber quais os conhecimentos que os professores entrevistados dos três cursos que mais tinham discentes recebendo auxílios, isto é, licenciatura em Teatro, bacharelado em Engenharia de

\* Professora doutora em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação – UECE/ bolsista de pós-doutorado UECE/CAPES.

\*\* Professora do curso de Graduação em Serviço Social, do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UECE. Pesquisadora do CNPq.

<sup>1</sup> "Educação superior, assistência estudantil e atuação docente: do direito social à efetivação de uma política pública no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- *campus* Fortaleza" se constituiu como um Projeto Piloto para alicerçar a pesquisa em conclusão desenvolvida pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPES), coordenado pela profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade (também supervisora do estágio Pós-Doutoral), abrange os institutos de Canindé, Crateús, Maracanaú, Limoeiro do Norte, Juazeiro do Norte e Fortaleza. Teve como objetivo geral analisar as potencialidades e limites do processo de democratização do Ensino Superior para o êxito dos estudantes dos cursos de graduação do IFCE - *campus* Fortaleza, contemplados com a assistência estudantil, no seu acesso e permanência no mercado de trabalho cearense, considerando ainda a ação docente nesse processo.

Contato: helenamarinho.uece@gmail.com / helenamarinho@yahoo.com.br

Telecomunicações e tecnológico em Saneamento Ambiental, apreendem sobre a assistência estudantil? Com suporte nesta questão, se teve como objetivo conhecer as perspectivas dos docentes sobre a assistência estudantil no IFCE, *campus* Fortaleza/CE. O processo de implementação da Educação no Brasil se destinou a uma classe social com poder aquisitivo que era formada pela minoria das famílias. Mesmo com a instituição do sistema de ensino público, a maioria das pessoas ficaram de fora, situação que ocasionou um acúmulo de elevado índice de analfabetos. De outro prisma, a Educação se tornou instrumento de exclusão, aumentando as desigualdades, visto que o acesso ao conhecimento era condição para melhoria na qualidade de vida e inclusão social.

Uma forma de incluir a população que não tinha condições econômicas para estudar foi a implementação dos auxílios para subsidiar a educação. Sobre este assunto, enfatiza Vasconcelos (2013, p. 56), que a criação das Caixas Escolares no Brasil tem início com as escolas profissionais, [...] que deveriam lecionar seus conteúdos e suas aplicações de acordo com as necessidades de cada província ou região do Império, voltadas para as artes e indústrias dominantes, que estavam sendo instaladas ou desenvolvidas no país, ou seja, há uma adaptação tanto temporal como local pela cultura da região, e para dar sustentação econômica às escolas profissionalizantes, como diz o próprio texto, é que *foram criadas as Caixas Escolares, portanto, elas já nascem com a missão de ajudar a financiar a educação.* (Grifo das autoras).

Quanto à implementação da Caixa Escolar em Fortaleza data de 1922, com base no Regulamento de Ensino e Reforma de 1922, e tinha como objetivo proporcionar auxílios aos alunos carentes, tais como: merenda, livros, vestuário, calçados e cadernos. Outro objetivo era o controle da frequência e a premiação dos alunos mediante a concessão de auxílios (VASCONCELOS, 2013).

No entanto, somente em 2010, é regulamentado um programa de assistência estudantil em nível nacional - o PNAES - pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 e que havia sido criado pela Portaria Normativa/MEC nº 39/2007. Em seu artigo 3º destacam-se os seguintes auxílios: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Acrescenta ainda, no art. 4º, a necessidade de igualdade de oportunidades.

Sobre o assunto, Menezes (2012, p. 73) enfatiza a ideia de que a Assistência Estudantil pode ser traduzida como “um mecanismo de direito social [...] correspondendo ações que vão desde o acompanhamento das necessidades especiais dos estudantes até o provimento de recursos mínimos para o alcance dos objetivos de permanência na educação superior”. Em consonância com o PNAES (BRASIL, 2010) serão atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

É notória a expansão de oferta de vagas para o ensino superior, a exemplo os institutos federais de educação, porém o desafio é garantir a permanência do estudante no curso até a conclusão.

## **1 Acesso e Permanência no Ensino Superior e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**

As discussões sobre o tema da qualidade da Educação e outros, tais como expansão, acesso e permanência na Educação Superior se intensificaram no final dos anos 1980 e seguintes, pela proposta de retomada do Estado de direito garantido pela CF/88 (BRASIL, 1988), contexto marcado pela garantia da autonomia das universidades no texto dessa Lei, no entanto, vários empecilhos então já em curso limitaram esse processo. Sobre isso Dourado (2011) ressalta, no limiar dos anos 1980, a medida do Conselho Federal da Educação - CFE - em tentar conter a expansão privada da Educação Superior e, segundo o autor, não conseguiu tal propósito.

Mesmo com as restrições, não restam dúvidas de que a Lei Magna trouxe avanços, reconhecendo o Estado de direito, priorizando a Educação e servindo de arcabouço para a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - nº 9.394 (BRASIL, 1996), ainda em vigor, e que também propiciou mudanças consideráveis em seu texto: a junção entre Ensino, Pesquisa e Extensão, como também a autonomia na Educação Superior, a gratuidade do ensino público em todos os níveis e a gestão democrática, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Profissional e Especial como modalidades de Educação.

Essas diretrizes e bases para a Educação, assim como a CF/88 e o mais recente Plano Nacional de Educação - PNE - (BRASIL, 2014-2024), não resultaram de um processo harmonioso permeado por confluência de ideologias e pensamentos, embora tenham sido criadas em um contexto embasado na participação democrática, pois vários agentes e instituições trouxeram perspectivas e pontos de vista diferenciados. Por conta desses embates de cunho político de cada representação, esses avanços esbarram em sua praticidade e consolidação no cotidiano.

Dentre as medidas estabelecidas para a reestruturação do Ensino Superior, no tocante à avaliação, salienta-se a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES- do qual o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE - faz parte e, por um lado, se busca um controle, ao mesmo tempo em que abre possibilidades para a competitividade. Outras duas medidas foram o redimensionamento e o fortalecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior - CAPES -, a qual também ficou responsável pela coordenação de estruturação do Plano do Sistema Nacional de Formação e sua expansão. Ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP -, foram destinadas a responsabilidade do levantamento estatístico sobre vários assuntos educacionais e avaliação nos níveis da Educação Básica e Superior.

Em relação às políticas e regulamentações da Educação, releva frisar a existência marcante dos organismos internacionais, não só como fomentadores de recursos financeiros, mas também como articuladores de políticas em esfera internacional, ressaltando-se os países da América Latina, incluindo o Brasil, estabelecendo no âmbito educacional superior nos anos 1980 a intensificação dos discursos sobre a Educação como meio de ascensão econômica mediante a qualificação, que é uma exigência do mercado. Carrilo e Iranzo (2000, p. 195) enfatizam que,

En forma resumida estos discursos mencionan que sólo a través de la elevación de la calificación de los recursos humanos será posible acompañar los incrementos en la productividad y la competitividad de las empresas y, de esta manera, aumentar los ingresos de la población trabajadora.

Na esfera pública, primordialmente nas IES federais, vale ressaltar algumas políticas que estiveram em evidência: no âmbito do Ensino Superior privado, o Programa Universidade para Todos - PROUNI - e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - de instituições superiores privadas; abertura de concurso para docentes e técnicos; a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006; efetivação de apoio e programas direcionados a políticas afirmativas (cotas, assistência estudantil, entre outros) e o investimento na expansão de universidades públicas e nos institutos federais (DOURADO, 2011).

Os institutos federais foram incluídos na proposta de expansão do Ensino Superior e esteve presente no texto do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE - (BRASIL, 2007). Foram implementados pela Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008) e apresentados no art. 2º como sendo instituições de educação superior, básica e profissional, *pluricurriculares* e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Com suporte nesta Lei, os institutos podem ofertar cursos de graduação, compreendendo bacharelados de natureza tecnológica contribuindo para a formação de profissionais para vários setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional. No que se refere à pós-graduação *lato sensu*, podem oferecer cursos de especialização e aperfeiçoamento e, nos cursos *stricto sensu*, os mestrados e doutorados, prioritariamente, profissional.

Todas essas ações, políticas e regulamentações incidem diretamente no funcionamento educacional brasileiro, destacando-se os aspectos da expansão, acesso e garantia de permanência dos discentes na conclusão do curso.

## 2 A Assistência Estudantil em prol da permanência do discente no curso

O PNAES (2010) foi regulamentado, como mencionado, tendo como finalidade e objetivos, respectivamente: art. 1º [...] tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Art. 2º são objetivos do PNAES: I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Em consonância com esse documento, no art. 5º serão atendidos no âmbito do PNAES, prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Sobre a assistência estudantil, alguns estudos foram localizados e trazem boas discussões que contribuem para reflexão. Dentre esse material, destaca-se a tese doutoral “Os (Des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos” (KOWALSKI, 2012, p. 9 ) mostrando que

[...] As possibilidades e os limites relacionados à garantia de direitos aos alunos nas instituições federais de ensino superior revelam uma dinâmica entre o caminho e o descaminho na formalização da assistência estudantil no país, em que se possam ser desocultadas as tutelas assistencialistas do Estado, a lógica do mercado que incide na formatação dos programas e naturalização da questão social.

Também é ressaltada a dissertação de mestrado “A Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal: da escola Pública para o Ensino Superior” (GRAEFF, 2014), cujos resultados demonstraram a instabilidade da Política de Assistência Estudantil, que ora garante a permanência do aluno ora o exclui, em razão de inúmeros aspectos que condicionam a continuidade dos benefícios oferecidos, como a precariedade das ações que visam à permanência e do preconceito.

Inclui-se ainda a “Assistência Estudantil na Educação Superior: o Programa de Bolsas Implementado pela Universidade do Rio de Janeiro” - dissertação de mestrado - (MENEZES, 2012), cuja pesquisa desenvolvida teve como objetivo identificar de que maneira a bolsa de assistência estudantil contribui para a permanência do aluno bolsista da UFRJ.

Araújo; Andrade (2017), em seu artigo, “O Trabalho da Equipe Multidisciplinar da Assistência Estudantil no IFCE - Campus Fortaleza/CE” Os resultados sinalizaram que a ausência de uma Controladoria de Assistência Estudantil, falta de integração da equipe, quadro restrito de funcionários e orçamento insuficiente dificultam o trabalho da equipe multidisciplinar.

Ainda tem curso o artigo “Ensino Superior, Assistência Estudantil e Mercado de Trabalho: um Estudo com Egressos da UFMG” (VARGAS, 2011), o qual tem os resultados apontando que a assistência estudantil, ao subsidiar os discentes pobres a obter o diploma de graduação, colabora para que eles ingressem no mercado de trabalho e ampliem suas possibilidades de ascensão na sociedade.

Taufick (2014), em seu artigo “Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, embasada em regulamentos de 30 institutos federais, concluiu que é necessário marco legal adequado para a política de assistência estudantil nessas instituições que garanta a consolidação e ampliação dos auxílios, embora os resultados tenham evidenciado que a política vigente busca atender os estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis.

### 3 Procedimentos Metodológicos

O presente artigo discorre sobre uma pesquisa de abordagem *qualitativa* (BOGDAN; BIKLEN, 1994; MINAYO, 1994; POLAK, SANTANA, ARAÚJO, 2014), tendo como *locus* para aplicação da entrevista semiestruturada o IFCE - *campus* Fortaleza, que tem a Reitoria sediada nesta Capital, unidade criada nos termos da Lei n ° 11.892, de 29 de dezembro de 2008. É uma autarquia de natureza jurídica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão institucionais e dos cursos de Educação Superior, o IFCE é equiparado às universidades federais.

Para a escolha dos cursos pesquisados, foram utilizados os critérios “número maior de discentes que receberam auxílios em 2014 e 2015 (semestre 1)” e “uma representação de cada grupo dos cursos de nível superior”. Nesse universo, foram selecionados os cursos de licenciatura em Teatro, bacharelado em Engenharia de Telecomunicações e tecnológico em Saneamento Ambiental.

Foram entrevistados seis docentes, sendo dois de cada curso. Da licenciatura em Teatro foram entrevistadas duas docentes identificadas neste artigo por *DT1* e *DT2*. A primeira ingressou como servidora técnica em 1994 e prestou concurso para docente em 2008; possui formação em Pedagogia na UECE, doutorado em Educação na Universidade Federal do Ceará (UFC) e atualmente trabalha na Diretoria de Assuntos Estudantis do IFCE, *campus* Fortaleza. A entrevista foi realizada em 12 de julho de 2016. A segunda entrevistada (*DT2*) iniciou as atividades na instituição em 2004 e foi a primeira docente a prestar concurso público para Fortaleza, visto que os demais foram remanejados do quadro de docentes da área de Artes. Tem graduação em Psicologia (UFC), mestrado em Teatro pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorado também em Teatro pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). A entrevista foi realizada em 18 de julho de 2016.

Do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações, os sujeitos foram nomeados por *DET1* e *DET2*. O primeiro tem 33 anos de experiência e atualmente é coordenador do curso. Tem graduação em Engenharia Elétrica (UFC) e doutorado em Educação na área de Telecomunicações pela USP. A segunda docente tem 12 anos de atividades na instituição e é coordenadora do curso técnico integrado de Informática. É graduada em Engenharia Elétrica (concluindo em 2002, ocasião em que se formaram 20 homens e cinco mulheres, sendo uma das turmas que mais tinha engenheiras) e mestrado na área de formação. As entrevistas foram realizadas em 14 de julho de 2016.

Os docentes do curso tecnológico em Saneamento Ambiental foram identificados por *DSA1* e *DSA2*. O primeiro tem oito anos de atividades na instituição, possui graduação em Biologia, mestrado e doutorado em Engenharia Ambiental. O outro docente tem sete anos de experiência na instituição, com graduação e mestrado em Engenharia Civil. As entrevistas aconteceram em 14 de julho de 2016.

## 4 Resultados

O questionamento inicial, sobre o entendimento dos docentes da licenciatura em Teatro foi o que sabem das bolsas de auxílio do Programa de Assistência Estudantil (PNAES, 2010). *DT1* mencionou alguns profissionais da equipe multidisciplinar (psicólogo, assistente social, nutricionista e enfermeiro) e acrescentou que conhecia os auxílios. *DT2* relacionou o seu entendimento às ações de comunicação e às informações sobre os auxílios aos eventos, priorizando a Semana de Teatro. Os docentes do curso bacharelado em Engenharia de Telecomunicações - *DET1* - focou sua fala no auxílio-formação, em que o discente irá cumprir atividades em laboratórios sob acompanhamento de um docente, enfatizando a seriedade no processo de ensino-aprendizagem. Menciona *DET2* alguns auxílios, dentre os quais o auxílio-formação, e enfatiza o trabalho de divulgação dos auxílios aos estudantes.

Os docentes *DSA1* e *DSA2*, do curso tecnológico em Saneamento Ambiental, direcionaram também suas respostas para os auxílios. Ressaltaram que tiveram conhecimento sobre esse assunto somente com base na propagação das informações do Serviço Social.

Sobre os profissionais que integram a equipe multidisciplinar no IFCE *campus* Fortaleza é completa (ARAÚJO; ANDRADE, 2017), embora os docentes tenham destacados alguns profissionais. O RAE (2014) expressa no art. 7º: cada campus terá equipe multidisciplinar mínima constituída por pedagogo, assistente social, psicólogo, enfermeiro e nutricionista.

*Parágrafo único* - equipe completa - assistente social; II - educador físico; III - enfermeiro, IV - médico, V- nutricionista, VI - odontólogo, VII – pedagogo, IX - assistente de aluno e X - técnico em assuntos educacionais.

Observa-se nas respostas o conhecimento superficial dos docentes sobre o instrumental PNAES (2010) e o relaciona aos auxílios, sendo enfatizado o auxílio-formação. Releva esse documento que este auxílio é direcionado para o estudante, acompanhado por um docente, desenvolver atividades condizentes com o seu curso, sendo vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão. O próximo questionamento indagou sobre as possíveis conversas entre os docentes e discentes que recebem auxílios, quais os mencionados e o que expressaram sobre esses auxílios. Nas duas falas - *DT1* e *DT2* - as respostas foram positivas. A primeira destacou os dois auxílios mais solicitados pelos discentes (alimentação e transporte) e a seguinte ressaltou que as perguntas dos estudantes são mais direcionadas para a questão burocrática (prazo e passo a passo) e que os orienta a conversarem com outros discentes que já recebem e/ou com o Serviço Social.

*DET1*, embora tenha enfatizado alguns auxílios (moradia, transporte, alimentação), destacou também o auxílio-formação como sendo o mais solicitado no curso. Esses auxílios servem para manter os estudantes que residem distante do campus e os estrangeiros, e que também são usados para o custeio familiar. A resposta inicial de *DET2* foi negativa, mas, no decorrer de sua fala, ressaltou que os alunos lhe solicitam o histórico para a renovação dos auxílios e que, ao ser indagado pelos discentes sobre auxílios, os encaminha ao Serviço Social.

Na óptica do docente *DSA1*, ele salientou que, ao ser procurado pelo discente, as perguntas são direcionadas à bolsa de pesquisa ou para trabalhar em laboratório. No caso, auxílio-formação, e que os demais auxílios eles (discentes) já têm conhecimento de onde podem obter as informações e se direcionam para o Serviço Social. *DSA2* expressou que a procura dos alunos é restrita a informações sobre trabalho externo, portanto, disponibilidades de estágios e empresas.

Sobre a relação entre aprendizagem e recebimento de auxílios, foi inquirido o seguinte: considera, no geral, que o discente tem melhor aproveitamento na sua aprendizagem quando recebe auxílio? *DT1*, com base em conversas de estudantes e de estudos realizados sobre evasão, reprovação e auxílio na comparação de dois grupos de alunos, ressaltou ao final de sua resposta: “[...] *nota-se que os alunos reprovam menos e evadem menos quando estão recebendo o auxílio*”, fator que contribuiu na sua resposta de positividade.

*DT2* iniciou sua fala afirmando incerteza de se poder fazer a relação aprendizagem e auxílio de imediato: “*eu não sei se dá pra fazer essa relação assim de imediato, mas eu acho que é muito importante pra eles permanecerem*”. No decorrer do discurso, expressou dois aspectos interessantes nesse curso: distância entre a residência e o campus Fortaleza, e o desafio do trabalho com a arte, sinalizando para a fragilidade e restrição do mercado de trabalho.

Sobre o assunto em tela, *DET1* direciona novamente sua fala para o auxílio-formação como um meio que ajuda a formar uma pessoa responsável, além do aprendizado em sua área técnica. *DET2* expressou-se sobre o auxílio-transporte, acentuando que esse recurso ajuda bastante no deslocamento dos alunos que não podem custear.

É interessante registrar o fato de que, no momento desta entrevista, uma discente da instituição que recebe auxílio pediu licença e acrescentou sobre o assunto: “*se não fosse o auxílio, não tinha dinheiro nem pra comer, nem*

*pra comprar calças jeans para vir às aulas*”. Após essa interferência da discente, a entrevistada complementou: “*então, quando o aluno tem esse auxílio, faz muita diferença, porque ele consegue ter mais acessibilidade*”.

A fala de *DSA1* vai ao encontro do auxílio-formação pelo fato de ele acompanhar o aluno como seu bolsista no desenvolvimento de suas atividades, de tal sorte que tem conhecimento de quem recebe esse benefício. Finalizou apontando o compromisso do discente e o fato de esse aspecto ajudar na melhoria de seu desempenho. *DSA2* não faz a correlação direta entre auxílio e bom desempenho no que se refere à aprendizagem.

Na sequência, o encaminhamento foi norteado para saber as dificuldades que o discente que recebe auxílio tem no acompanhamento dos conteúdos trabalhados em sala de aula. As respostas não relacionaram o auxílio à aprendizagem do estudante, mas o auxílio ajuda no deslocamento para o curso e a assiduidade do aluno. Por conseguinte, o aluno, acompanhando o dia a dia no curso, tem mais possibilidades de aprendizagem. A *DT2* enfatiza ainda dois tipos de alunos que recebem auxílio no curso: os que se dedicam e superam as dificuldades, e os que têm déficit de aprendizagem de base. O auxílio está direcionado a dar condições para o aluno de acordo com as modalidades e tipos de auxílio. Em contraposição, o estudante precisa ter disciplina e comprometimento.

No caso dos docentes do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações, ambos mencionaram o auxílio-formação, ressaltando a contribuição dos discentes que recebem auxílios nas aulas de laboratório, melhorando a própria aprendizagem. De certa maneira, os discentes que se tornam voluntários servem como incentivo para os demais alunos, como enfatizado por *DETI*, fato que é muito bom para o curso e para os alunos.

*DSA1* mencionou o aspecto burocrático, já expresso no edital que regula a concessão dos auxílios, destacando o aspecto disciplina e desempenho como condições para que o estudante continue a receber quaisquer modalidades de auxílio. *DSA2* sinaliza para a falta de conhecimento básico dos discentes no curso.

A questão seguinte teve como propósito saber da motivação do discente que recebe auxílio e do que não recebe. As docentes do curso de licenciatura em Teatro, em suas respostas, primeiramente destacaram o fato de motivar, mas também que a falta do auxílio não leva à desistência do curso. O segundo elemento mencionado foi o turno da tarde, em que as aulas do curso são realizadas, e a dificuldade do aluno encontrar um estágio remunerado que possa atender ao tempo de que ele dispõe.

As repostas dos docentes do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações foram positivas. *DETI* chamou atenção para a responsabilidade que o aluno vai adquirindo com o ambiente de trabalho (no caso, o laboratório), com o aprendizado dos demais colegas e também dos docentes, e a coordenação de curso em ofertar cursos para que eles tenham não somente uma formação técnica, mas que também aprendam requisitos relevantes para a formação profissional, como disciplina e responsabilidade.

*DET2* abordou a relevância da condição financeira no momento em que o discente se sente mais seguro, e o auxílio tem esse propósito. As falas dos docentes do curso tecnológico em Saneamento Ambiental também sinalizaram para esse pensamento.

A pergunta seguinte foi direcionada a saber se o discente que recebe auxílio tem mais chances de evasão. As docentes do curso de licenciatura em Teatro concordaram com o questionamento e *DT2* destacou também a exigência do aluno que recebe auxílio de terminar o curso em tempo hábil, exceto casos de doenças e/ou que são aceitos pelas coordenações como direito do estudante e tenham respaldo legalizado.

*DSA1* comunga da mesma ideia das docentes do curso de licenciatura em Teatro. Sobre a contribuição do auxílio na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a pesquisa de mestrado de Menezes (2012, p. 104), registra-se algumas falas dos entrevistados que vêm ao encontro dessa discussão: “foi essencial...porque eu acho que...não sei como eu faria. Acho que eu teria que me virar muito mais para manter a faculdade”; “auxiliou... o fundamental... pra tirar xerox, [...]. Auxiliou também no estágio”.

No quesito seguinte, o foco destacou a frequência do discente que recebe auxílio. As docentes expressaram resposta favorável. *DT1* sinalizou para um exemplo do auxílio-transporte como contribuinte da acessibilidade do aluno à instituição, condição que permite associar essa frequência ao desempenho do aluno ou não, dependendo de outros fatores (motivação, qualidade da Educação Básica, condições de estrutura da sala de aula, de laboratórios, acompanhamento do docente, dentre outros). *DT2* concordou com a pergunta e acrescentou a disciplina que é exigida, tanto pelo docente como pela normatização, nos documentos que respaldam a seleção para a solicitação de auxílio.

Para os docentes do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações, a frequência dos discentes é positiva. Eles comungam do mesmo ponto de vista da frequência desses estudantes na instituição com os docentes do curso tecnológico em Saneamento Ambiental. *DSA1* destacou que é um dos pré-requisitos para os discentes cumprirem e aponta para a importância do auxílio, ressaltando a condição ideal, que é estudar sem precisar trabalhar. *DSA2* respaldou essa relevância do auxílio para que o discente possa concluir seu curso.

Relacionado ao nível superior, na Lei nº 9.394/1996 – LDB (BRASIL, 1996), o art. 47, parágrafo 3º, determina que é obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de Educação a Distância. O edital nº 02/2016 do Programa de Assistência Estudantil do IFCE especifica como um dos requisitos para concorrer ao auxílio que o discente deverá ter matrícula e frequência regulares (p.2). Portanto, mesmo independentemente de receber auxílio, a frequência é um critério que precisa ser seguido à risca para aprovação no curso e o fato de receber auxílio exige, de certo modo, uma responsabilidade maior, como também proporciona uma motivação para que esse aluno, mediante seu esforço, permaneça no curso. O edital (2016, p. 1) expressa que o objetivo do auxílio é

[...] ampliar as condições de permanência do aluno na instituição, apoiar a formação acadêmica dos discentes regularmente matriculados no IFCE - *campus de* Fortaleza, através de auxílios pecuniários, na perspectiva de viabilizar a igualdade de oportunidades, de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e de agir preventivamente nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

A frequência, além de poder ser relacionada ao desempenho, também incide em outro ponto, que é a avaliação. Esse foi o tema da última pergunta: como é o processo avaliativo desse discente (que recebe auxílio) nas atividades e provas realizadas no decorrer do semestre? Na concepção das docentes do curso de licenciatura em Teatro, especificamente *DT1*, sinaliza a impossibilidade de não precisar uma resposta em virtude da não identificação dos alunos que recebem auxílios, enquanto *DT2* acentua que, em âmbito geral, a maioria se enquadra na média, e ressalta a excelência de alunos aprovados em cursos *stricto sensu*, mas que não é o caso daqueles em questão.

Na óptica dos docentes do curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações, o discente que recebe auxílio também é considerado como um *bom aluno* e enfatiza o processo de desenvolvimento gradual do aluno regular, mas que tem a possibilidade de ascender e se tornar um aluno bom. A outra docente, *DTE2*, enfatizou a excelência dos alunos que ela conhece: “*os que eu conheço, são excelentes alunos. As meninas que têm bolsa aqui nos laboratórios, pelo menos, são ótimas alunas*”.

Sobre o tema avaliação, *DSA1* atribuiu o serviço de acompanhamento de notas ao Serviço Social - realmente é uma das tarefas desse setor - e ressalta que o discente recebedor de auxílio que ele acompanha é o que cursa a disciplina dele. De outro ângulo, embora do mesmo curso, a avaliação de *DSA2* é de que há divisão de bons alunos e outros que denotam dificuldades de conhecimento de conteúdos considerados por ele de base para o aprendizado nesse curso. Enfatiza a dificuldade em conhecimentos prévios da Matemática.

Essa deficiência destacada pode ser correlacionada à tendência pedagógica tradicional, com foco direcionado somente aos conteúdos, também criou avaliação que priorizava apenas o resultado e não o processo de aprendizagem do discente, uma avaliação na perspectiva do professor autoritário. Sobre esse assunto Vasconcellos (1995, p. 37) expressa que a prática da avaliação escolar “chega a um grau assustador de pressão sobre os alunos, levando a distúrbios físicos e emocionais: mal-estar, dor de cabeça, “branco”, medo, angústia, insônia, ansiedade, decepção, introjeção de auto-imagem negativa”.

## Considerações finais

Em nível de assistência estudantil o PNAES (BRASIL, 2010) trouxe contribuições relevantes para assegurar a permanência do discente no curso e diminuir a evasão, entretanto, os benefícios não chegam a todos os estudantes que se enquadram nos critérios especificados. Outro grande problema é em nível de aprendizagem, uma vez que a maioria desses discentes ingressam no Ensino Superior com muitas dificuldades de conhecimentos da Educação Básica, motivo que se torna um problema para alunos e professores, podendo até ser um dos motivos que leve à desistência do curso. Sob a óptica dos docentes entrevistados, os achados de suas falas apontaram, em linhas gerais, conhecer os auxílios pela divulgação da equipe que trabalha com a assistência estudantil, do setor de Serviço Social, e somente quem exerce a função de coordenação tem mais conhecimento sobre o assunto. Outro aspecto destacado foi de os IF's terem uma Coordenadoria de Assistência Estudantil, deixando margem para se cogitar a ideia de que não sabem da inexistência desse departamento no IFCE, *campus* Fortaleza.

No tocante às conversas entre docentes e discentes sobre auxílios, destacaram que os alunos solicitam mais o auxílio-alimentação e transporte, neste caso, os docentes os encaminham para o setor de Serviço Social ou o próprio aluno se direciona para esse setor. Informaram que são mais procurados pelos alunos para esclarecimentos sobre o auxílio-formação, e que os auxílios servem para manter os alunos no curso (deslocamento, alimentação dentre outros) e que também são usados no custeio familiar, principalmente para os estudantes estrangeiros, na maioria vindo dos países africanos.

Os docentes não têm controle da quantidade ou de quais são os alunos que recebem auxílios, exceto quando se trata do auxílio- formação; salientaram que, além desse auxílio ajudar financeiramente, melhora a aprendizagem dos conteúdos técnicos e aspectos que são exigidos no mercado de trabalho - responsabilidade, pontualidade, assiduidade e relacionamento, dentre outros. Foi ressaltada a excelência de alunas que recebem auxílio- formação no curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações. Consideraram também que os alunos recebedores de auxílios, na maioria, são frequentes e que têm desempenho na média ou acima desta.

As autoras observaram que há um descontentamento desses profissionais com alguns alunos que chegam sem base dos conteúdos essenciais para o curso em que está matriculado, mas também admitem a existência da possibilidade dessa deficiência diminuir pelo esforço do aluno que recebe auxílio, conseguindo permanecer no curso até a conclusão e ingressar no mercado de trabalho. Então, infere-se que o auxílio acaba sendo um elemento primordial para o aluno nesse momento, fator que não deixa de ser resultado da maneira como vêm se relacionando a política de governo e as políticas públicas educacionais. Ficou evidente que os docentes têm conhecimento parcial sobre o assunto, apresentando proximidade com o auxílio- formação e que têm ciência da importância desses auxílios para os alunos.

## Referências

- BOGDAN, Roberto; BIKLEN, SariKnopp. *Investigação qualitativa em Educação*. Porto: LDA, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil (PNAES). Brasília, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/bsq7Dj>>. Acesso em: 01 out. 2016.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/oXee3>>. Acesso em: 01 out. 2016.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/7yHkY>>. Acesso em: 01 out. 2016.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Portaria normativa nº 39, de 12 de dez de 2007*. Institui o programa nacional de assistência estudantil (PNAES). Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2016.
- CARRILO, Jorge; IRANZO, Consuelo. Calificación y competencias laborales en la América Latina. In: TOLEDO, Enrique de la Garza (Coord.). *Tratado Latino Americano de Sociología del Trabajo*. México: Universidad Autónoma Metropolitana e Fondo de Cultura Económica, 2000. p.179-206.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. *Resolução nº 008, de 10 de março de 2014*. Aprova regulamento da Assistência Estudantil. Fortaleza, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/gAMVLm>>. Acesso em: 01 fev. 2016.
- MENEZES, Simone Cazarin de. *Assistência estudantil na Educação Superior pública: o programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro*. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- POLAK, Ymiracy N. de Souza; SANTANA, José Rogério; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. *Dialogando sobre metodologia científica*. Fortaleza: Edições UFC, 2014.
- VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. *Revista Avaliação*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 149-163, mar. 2011.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar*. São Paulo: Libertad, 1995.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**Data de submissão:** 30/01/2017

**Data de aceite:** 28/04/2017